



Capítulos da Independência

Autor: Tiago Cordeiro

**Bicentenário
da Independência**

GAZETA DO POVO



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Neste dia 7 de setembro o Brasil completa dois séculos como uma nação independente. É uma data que todos conhecem, mas que não tem recebido a atenção e a importância que merece. O bicentenário deveria ter sido objeto de maiores comemorações e de mais atenção, já que foi um dos eventos que continuam repercutindo até hoje com impacto quase direto em nossas vidas, junto com o descobrimento, em 1500, e a proclamação da República, em 1889. Um acontecimento que, para o bem e para o mal, moldou o nosso país.

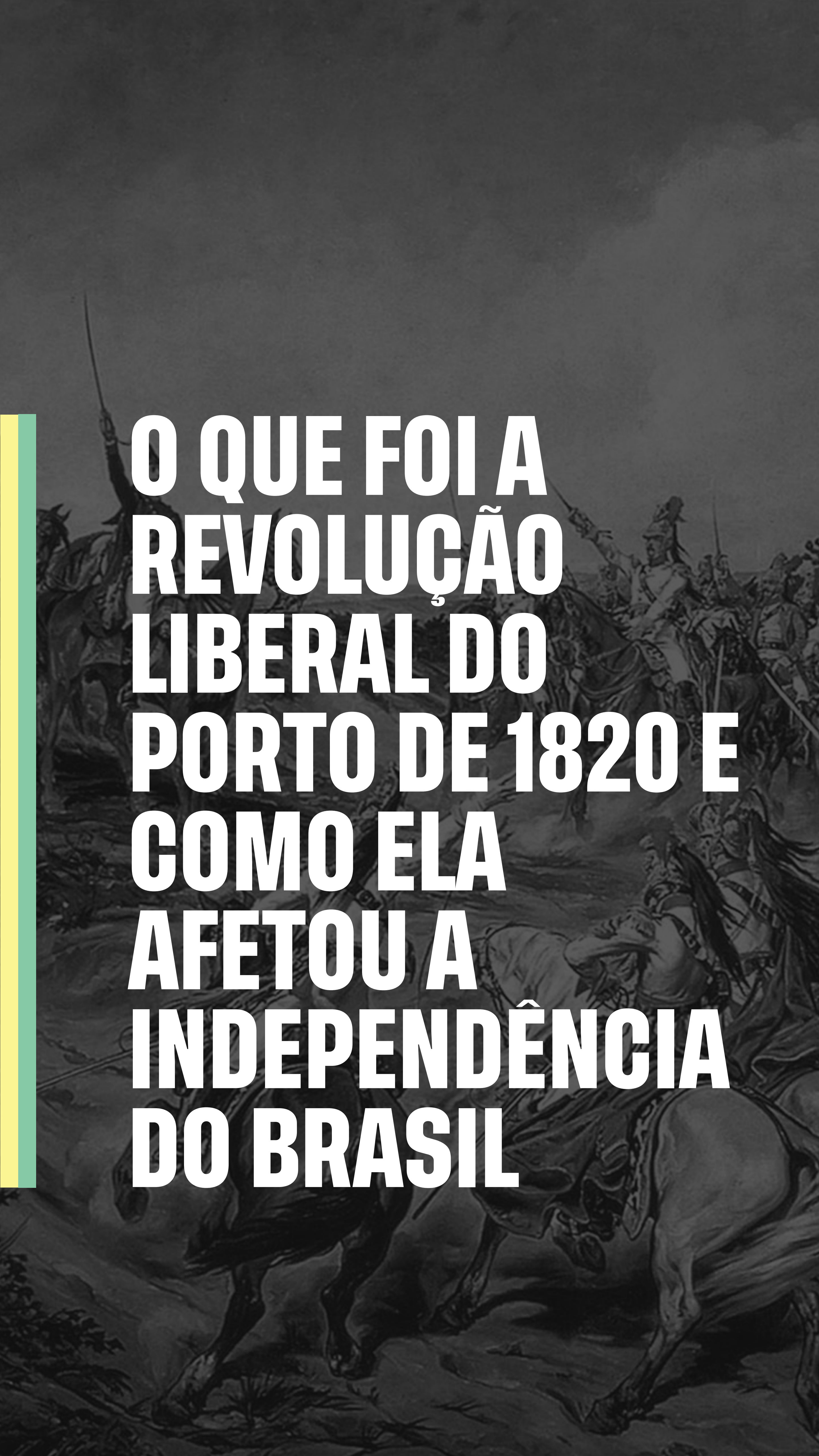
Por isso estamos trazendo a você, leitor e assinante da Gazeta do Povo, esta Capítulos da Independência em formato ebook. Nesta obra você vai saber mais sobre os personagens que influenciaram, direta ou indiretamente, nos fatos que desembocaram no 7 de setembro de 1822, quando D. Pedro I, às margens do Ipiranga, bradou “Independência ou Morte!”. (Spoiler: não foi bem assim que tudo aconteceu). Também contamos direitinho como foi o atribulado

[voltar para o índice](#)

dia em que D. Pedro I resolveu cortar os laços com sua terra natal, a qual viria a governar e onde morreria anos depois. E ainda mostramos como era boa e liberal a primeira constituição promulgada após a independência, sem esquecer da revolução em Portugal que mudou os rumos do Brasil.

Esta obra não pretende ser a mais definitiva ou a mais completa sobre o assunto. Há ótimos livros por aí contando esta história com muitos mais detalhes, inclusive os citamos aqui. Mas é um bom ponto de partida para quem quiser conhecer melhor o país em que vive. Espero que a leitura seja agradável e sirva para mostrar que nossa independência não veio de mão beijada, como muitos querem fazer crer. Exigiu o trabalho e o sacrifício de várias pessoas que amavam o Brasil e acreditavam em seu futuro. Por isso, nada mais justo que lembrá-los nesta data tão especial.

[voltar para o índice](#)



**O QUE FOI A
REVOLUÇÃO
LIBERAL DO
PORTO DE 1820 E
COMO ELA
AFETOU A
INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL**

O QUE FOI A REVOLUÇÃO LIBERAL DO PORTO DE 1820 E COMO ELA AFETOU A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Não é exagero dizer que a independência do Brasil teve início em 1820, dois anos antes da proclamação diante do rio Ipiranga, e a 8.100 quilômetros da capital paulista. Os acontecimentos tiveram início na cidade do Porto e mudaram para sempre os rumos tanto da matriz quanto da colônia.

Acabaram por encerrar a monarquia absolutista, que governava o país europeu fazia três séculos – a monarquia portuguesa acabaria por cair em 1910. E provocaram o retorno de D. João VI a Lisboa, depois de 13 anos de estadia no Rio de Janeiro. Ele assinaria o acordo aceitando a independência do Brasil, em 29 de agosto de 1825, e governaria até a morte, em 1826.

A rebelião no Porto começou em 24 de agosto de 1820. Ainda antes do amanhecer, dezenas de militares seguiram para o campo de Santo Ovídio, que

[voltar para o índice](#)

hoje se chama Praça da República. Realizaram uma parada militar, acompanharam uma missa e fizeram uma salva de artilharia. Por volta das 8 horas, tomaram a Câmara Municipal e formaram a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, presidida pelo brigadeiro António da Silveira Pinto da Fonseca.

O levante contava com o apoio de diversas classes sociais relevantes. A junta reuniu, por exemplo, Luís Pedro de Andrade e Brederode em nome do clero, Pedro Leite Pereira de Melo e Francisco de Sousa Cirne de Madureira representando a nobreza e o desembargador Manuel Fernandes em nome da magistratura. O grupo também divulgou um Manifesto aos Portugueses, que apresentava uma lista de reivindicações, incluindo o imediato retorno da corte a Portugal e a restauração da exclusividade de comércio do Brasil para com os lusitanos.

Rapidamente, lideranças em Lisboa aderiram. Em 28 de setembro, uniram-se ao Porto em uma Junta Provisional do Supremo Governo do Reino. Depu-

[voltar para o índice](#)

seram a regência britânica que controlava o país desde a fuga da família real e começaram a organizar eleições para formar uma assembleia constituinte. Os trabalhos começaram em janeiro de 1821. Em 26 de abril, Dom João VI deixava o Rio de Janeiro. A primeira Constituição do país, de teor liberal, seria promulgada em 23 de setembro de 1822.

Ou seja: o levante foi um sucesso estrondoso, especialmente porque contou com o apoio dos mais variados espectros das lideranças portuguesas, que estavam exaustas dos acontecimentos iniciados em 1807.

BAQUE MORAL

Em busca de dominar a Europa e estrangular a movimentação militar da Inglaterra, Napoleão se lançou sobre a Península Ibérica. Enviou 27 mil soldados, um contingente relativamente tímido – tamanha era a confiança do comandante francês. A Espanha seria invadida em 1808. Lisboa chegou a ser ocupada, mas não havia mais um rei disponível

[voltar para o índice](#)

para assinar uma rendição. Os franceses se viram envolvidos por uma situação desconfortável. A guerra de guerrilha acabaria por se estender até 1814, com os britânicos apoiando os portugueses.

Em junho de 1815, Napoleão seria definitivamente derrotado na Batalha de Waterloo. Enquanto isso, do ponto de vista dos portugueses, vitoriosos diante de uma das maiores ameaças militares de sua história, não fazia sentido Dom João VI permanecer na colônia. Enquanto ele se mantinha distante, Portugal permanecia controlado por regentes britânicos e, na prática, havia perdido qualquer autonomia militar e comercial, mesmo depois de evitar a invasão francesa.

Para agravar o quadro, em dezembro do mesmo ano, o Brasil havia deixado de ser, oficialmente, apenas uma colônia, e sim parte do reino – a proclamação do estado do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves representou um baque. Entre outros motivos, porque, num primeiro momento, a capital escolhida foi o Rio de Janeiro.

[voltar para o índice](#)

Ou seja: enquanto jovens lusitanos pegavam em armas para defender suas terras, a capital de Portugal, de dezembro de 1815 até a revolução do Porto, ficava do outro lado do Oceano Atlântico. O monarca tinha um bom pretexto para tomar esta decisão: o Congresso de Viena, iniciado em 1814 e que tinha por objetivo reorganizar o mapa político da Europa, resistia a aceitar Dom João VI como um porta-voz, já que ele vinha governando a partir de uma colônia. Ainda assim, a insatisfação foi enorme – e justificada.

Pior ainda: a mudança de status vinha na sequência do impacto econômico provocado pelo Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, de 1808, a partir do qual o Brasil deixava de ser obrigado a praticar o comércio exclusivamente com Portugal, depois de dezenas de gerações habituadas a viver da exclusividade da importação e da exportação com a colônia.

Somadas, as ações tinham um caráter simbólico pesado, ainda mais quando se lembra que, no passado, o grande Império Português havia alcançado os territórios que, hoje, pertencem a 53 países diferentes.

[voltar para o índice](#)

Começando pela conquista de Ceuta, em 1415, passando pela exploração da costa da África a partir de 1419, incluindo os feitos de Vasco da Gama, que chegou à Índia em 1498, e de Pedro Álvares Cabral, que iniciou a conquista de boa parte da América do Sul em 1500, Portugal foi, por séculos, uma das maiores e mais influentes potências do planeta.

Quando da eclosão da revolta no Porto, a insistência do rei em valorizar o Brasil apenas ampliava a humilhação iniciada com a fuga da família real, em 29 de novembro de 1807. O fim do já há muito tempo enfraquecido império aconteceria oficialmente em 1999, com a devolução de Macau à China.

NOTÍCIA VELHA

Em 1817, uma primeira tentativa de retomar a autonomia de Portugal foi liderada por oficiais do exército, em especial o general Gomes Freire de Andrade. Formado em Lisboa, o chamado Supremo Conselho Regenerador de Portugal e do Algarve foi

[voltar para o índice](#)

rapidamente identificado e reprimido. O Campo de Santana, onde dez acusados de traição foram enforcados no dia 18 de outubro, hoje se chama Campo dos Mártires da Pátria.

O regente do país, na época, era o militar britânico William Carr Beresford. Ele então viajou ao Rio de Janeiro para solicitar pessoalmente a Dom João VI mais recursos para reprimir possíveis outros movimentos rebeldes. Foi em sua ausência que eclodiu a Revolução do Porto – ao retornar, ele se viu impedido de embarcar em Lisboa.

Beresford, assim como Dom João VI, não enxergou a exaustão das elites portuguesas. Mas, no Brasil, a rebelião no Porto foi recebida como notícia velha. Oficialmente, a eclosão da revolução chegou em uma edição especial da Gazeta do Rio de Janeiro, produzida pela Imprensa Régia e datada de 9 de novembro de 1820. Mas as informações já circulavam pelas ruas, e não apenas da capital.

[voltar para o índice](#)

“Segundo atestava uma folha inglesa traduzida e publicada no Correio do Porto, no dia 20 de outubro, os brasileiros já estavam informados sobre o andamento de um projeto revolucionário em Portugal”, relata a professora de História da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS), Juliana Gesuelli Meirelles, em um [capítulo](#) do livro.

O periódico já informava: “O Brasil está muito inquieto, não sendo improvável que a Revolução de Portugal se estenda além do Atlântico. Cartas da Bahia, Pernambuco, e outras terras do norte do Brasil, escritas por pessoas mui respeitáveis exprimem receios de próximos rompimentos; e até dão a entender que o projeto de uma revolução em Portugal era conhecida no Brasil já em junho passado”.

Enquanto o monarca voltava a sua terra natal e, finalmente, aceitava o sucesso das reivindicações de seus súditos, ancorados pelo novo momento político da Europa, Dom Pedro permanecia no Brasil, como príncipe-regente. Quando, em fevereiro de 1822, Dom João VI solicitou formalmente ao filho

[voltar para o índice](#)

que retornasse a Portugal, já era tarde. Em setembro de 1822, Pedro se tornaria rei do novo país independente, enquanto seu pai continuava, por mais algum tempo, monarca de um novo Portugal.

[voltar para o índice](#)



**O DIA EM QUE
D. PEDRO I
PROCLAMOU A
INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL**

O DIA EM QUE D. PEDRO I PROCLAMOU A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Dom Pedro deixou o Rio de Janeiro em 14 de agosto de 1822 rumo a São Paulo. Tinha como missão apaziguar os ânimos exaltados de lideranças locais. A situação política do território brasileiro era, de fato, confusa. O Brasil havia sido elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Mas, desde 1820, com a [Revolução Liberal do Porto](#), e 1821, com a volta de Dom João VI a Portugal, as lideranças lusitanas pressionavam para retomar o controle político e econômico sobre a colônia.

O ano de 1822 já vinha sendo marcado por momentos de tensão. A 9 de janeiro, Dom Pedro se recusou a retornar a Lisboa – foi o chamado Dia do Fico. Em 25 de março, o príncipe havia feito uma viagem às pressas a Minas Gerais, a fim de conter uma tentativa de conquistar a independência da província. A missão foi bem sucedida. Agora chegava a vez de percorrer o caminho até São Paulo.

[voltar para o índice](#)

Acompanhado de uma comitiva de não mais do que 30 homens, Pedro passou por Bananal, depois chegou à Fazenda Pau D'Alho, em São José do Barreiro – onde apostou corrida com os guardas, chegou na frente e bateu palmas na porteira da fazenda do Coronel João Ferreira. Sem se identificar, pediu comida para a proprietária, que não o reconheceu e pediu que ele comesse na cozinha, porque a sala estava sendo preparada para a visita do príncipe.

Passou para Lorena, dali para Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté e Jacareí – onde não quis usar a balsa que atravessava o Rio Paraíba, passou a cavalo e molhou as calças. Chegando ao outro lado, diante de uma multidão, saiu procurando por alguém disposto a fazer a troca por calças secas. Um jovem chamado Adriano Gomes Vieira topou. O príncipe seguiu para Mogi das Cruzes, dali para Penha de França (hoje parte da capital paulista) e, por fim, alcançou São Paulo no dia 25.

Ali, Dom Pedro dialogou com comitivas que vieram de todo o estado e negociou uma nova eleição para

[voltar para o índice](#)

a presidência da Junta Provisória. João Carlos Augusto de Oeynhausen havia sido destituído – era adversário de José Bonifácio. Mas foi novamente eleito, e o príncipe respeitou a decisão dos líderes locais.

O gesto contribuiu para reduzir a tensão. No dia 5 de setembro, ele então seguiu até Santos, com o objetivo de inspecionar as defesas militares do porto e fazer uma visita à família de José Bonifácio de Andrada e Silva, o principal líder político aliado do príncipe naquele momento. A viagem de volta a São Paulo começou uma hora antes do amanhecer do dia 7.

CÓLICAS E IRRITAÇÃO

Depois de atravessar via barco o trecho entre Santos e Cubatão, teve início o percurso a pé. Como aponta o pesquisador Paulo Rezzutti no livro [*D. Pedro I – A história não contada*](#), “o príncipe não vestia uma farda de gala na ocasião, e sim uma fardeta azul de polícia, sem luxo algum. Trajava calças da mesma cor, botas grandes e envernizadas e um chapéu armado. E ia montado em uma ‘besta baia gateada’”.

[voltar para o índice](#)

Era um animal resistente para suportar a subida da difícil calçada do Lorena, como descreve o jornalista Laurentino Gomes na obra [1808](#). “Era uma das mais sinuosas e pitorescas estradas do Brasil. Batizada com o nome do capitão general Bernardo José de Lorena, que a mandara construir em 1790 seguindo uma antiga trilha dos padres jesuítas, suportava o incessante tráfego das tropas de mulas que desciam ou subiam a serra com mercadorias do porto de Santos. Tinha oito quilômetros de extensão, três metros de largura e mais de 180 curvas em zigue-zagues debruçadas sobre o precipício. A declividade do terreno era tão íngreme e perigosa que os viajantes levavam pelo menos duas horas para chegar ao topo da serra”.

Para dificultar ainda mais o percurso, Dom Pedro ainda sofria de cólicas intestinais desde o começo do dia. Com frequência, ao longo da viagem, precisou descer da montaria em busca de um canto discreto na mata. Quando chegou aos arredores do riacho do Ipiranga, às 16h30, sua guarda havia seguido à frente para dar a ele privacidade em um desses momentos. Foi quan-

[voltar para o índice](#)

do chegaram ao príncipe cartas com informações urgentes da corte. Foram escritas por sua esposa, a princesa Leopoldina, e José Bonifácio.

A PROCLAMAÇÃO

Ambos pressionavam o príncipe a reagir às notícias oficiais que haviam chegado de Lisboa ao Rio de Janeiro, por barco, no dia 28 de agosto. “Eram papéis explosivos”, relata Laurentino Gomes. “Incluía os decretos em que as cortes constituintes portuguesas na prática destituía Dom Pedro do papel de príncipe regente e o reduzia à condição de mero delegado das autoridades de Lisboa. Suas decisões tomadas até então estavam anuladas. A partir daquele momento, seus ministros seriam nomeados em Portugal e sua autoridade não mais se estenderia a todo o Brasil. Ficaria limitada ao Rio de Janeiro e regiões vizinhas. As demais províncias passariam a se reportar diretamente a Lisboa. As cortes também determinavam a abertura de processo contra todos os brasileiros que houvessem contrariado as ordens do governo português”.

[voltar para o índice](#)

Foi quando o príncipe reagiu. “As cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de rapazinho e de brasileiro. Pois verão agora quanto vale o rapazinho”, declarou, fazendo referência a uma expressão utilizada pelo deputado português Borges Carneiro, que também havia chamado Dom Pedro de “desgraçado e miserável rapaz”. O príncipe prosseguiu: “De hoje em diante estão quebradas as nossas relações. Nada mais quero com o governo português e proclamo o Brasil, para sempre, separado de Portugal”.

O tom, irritado e ainda um pouco inseguro, foi ajustado quando o príncipe encontrou sua guarda e deu as notícias. “Amigos, as cortes portuguesas querem mesmo escravizar-nos e perseguem-nos. De hoje em diante, nossas relações estão quebradas. Nenhum laço nos une mais”. Arrancou o laço azul e branco do chapéu, jogou-o no chão e completou: “Laço fora, soldados! Viva a Independência e a liberdade do Brasil”.

[voltar para o índice](#)

MITOS E VERDADES

O acontecimento, é claro, ganharia novos contornos, mais épicos, ao longo dos anos. Em primeiro lugar, surgiria a lenda a respeito da frase: “Independência ou morte! Estamos separados de Portugal”. Como se lê em 1808, “O famoso grito aparece em outro relato, do alferes Canto e Melo, registrado bem mais tarde, quando o acontecimento já havia entrado para o panteão dos momentos épicos nacionais. A versão do alferes, de tom obviamente militar, mostra um príncipe resoluto e determinado. Por ela, dom Pedro teria lido a correspondência e, ‘após um momento de reflexão’, teria explodido, sem pestanejar: ‘É tempo! Independência ou morte! Estamos separados de Portugal!’”.

Em 1888, o pintor Pedro Américo apresentaria a tela *Independência ou Morte*, que solidificou o imaginário nacional sobre o grito do Ipiranga. A tela não tinha quase nenhum pé na realidade, nem sequer tinha este objetivo, como aponta Rezzutti em sua obra. “Exceção feita ao retrato de alguns envolvi-

[voltar para o índice](#)

dos e a algo da topografia do local, o restante foi completamente inventado pelo pintor. Não que ele fosse um mentiroso contumaz — muito pelo contrário. Quando se solicitava o retrato histórico de um evento, valia mais o modo de contar a história — que fosse bonita e dignificasse os personagens envolvidos — do que a representação fiel. Na época, a construção de uma identidade nacional raramente era feita mostrando-se a realidade nua e crua dos eventos históricos”.

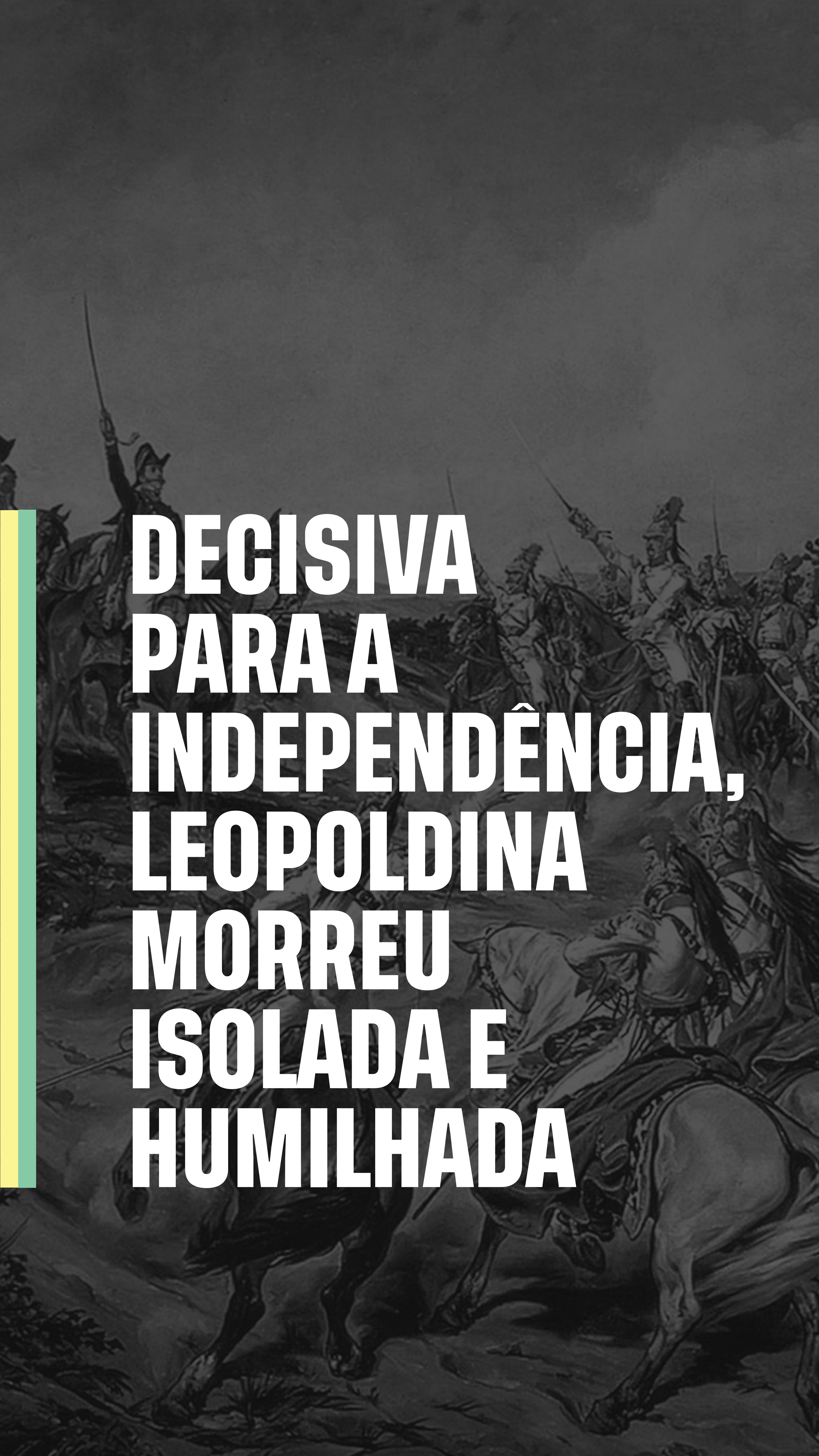
Tampouco é verdade que o Hino da Independência tivesse sido composto naquela mesma tarde, ensaiado e executado ainda na noite de 7 de setembro, em São Paulo. De fato, a autoria do hino é de Dom Pedro. E ele participou de cerimônias formais na capital paulista ainda na mesma noite. Mas a composição seria elaborada posteriormente.

Por fim, outra lenda a respeito do grito é que o gesto do príncipe teria imediatamente transformado o Brasil em uma nação unificada. Na verdade, o trabalho desenvolvido por Dom Pedro nos meses an-

[voltar para o índice](#)

teriores à proclamação garantiu a adesão rápida de São Paulo e Minas Gerais. Mas, em outras províncias, principalmente no Norte e no Nordeste, a consolidação do território nacional como um Estado único e de mais de 8 milhões de quilômetros quadrados demoraria alguns anos e seria marcado por uma série de conflitos militares.

[voltar para o índice](#)



**DECISIVA
PARA A
INDEPENDÊNCIA,
LEOPOLDINA
MORREU
ISOLADA E
HUMILHADA**

DECISIVA PARA A INDEPENDÊNCIA, LEOPOLDINA MORREU ISOLADA E HUMILHADA

Dom Pedro tomou a decisão de declarar a independência assim que recebeu três cartas, entregues a ele na tarde de 7 de setembro de 1822 por Paulo Bregaro, oficial do Supremo Tribunal Militar, e pelo major Antônio Ramos Cordeiro. Os dois haviam partido do Rio de Janeiro cinco dias antes e haviam viajado a cavalo praticamente sem parar.

Uma carta era do ministro José Bonifácio, que naquele momento era o político de maior influência sobre o regente. “Senhor, o dado está lançado e de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores”, escreveu. A outra havia sido emitida por Henry Chamberlain, cônsul britânico no Rio de Janeiro, que atualizava o destinatário dos debates políticos em Portugal, onde parecia claro que o filho do rei Dom João VI estava para ser afastado de suas funções no Brasil.

A segunda carta era de Leopoldine Caroline Josepha von Habsburg-Lothringen, que no Brasil ficou co-

[voltar para o índice](#)

nhecida como Maria Leopoldina. Era esposa de Pedro e, durante a viagem do marido a São Paulo, havia assumido o posto de chefe do Conselho de Estado e Princesa Regente Interina do Brasil. “Pedro, o Brasil está como um vulcão”, ela escreveu. “Até no paço há revolucionários. Até oficiais das tropas são revolucionários. As Cortes Portuguesas ordenam vossa partida imediata, ameaçam-vos e humilham-vos. O Conselho de Estado aconselha-vos para ficar. Meu coração de mulher e de esposa prevê desgraças, se partirmos agora para Lisboa”.

E prosseguia: “O Brasil será em vossas mãos um grande país. O Brasil vos quer para seu monarca. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio ele fará a sua separação. O pomo está maduro, colhei-o já, senão apodrece. Ainda é tempo de ouvirdes o conselho de um sábio que conheceu todas as cortes da Europa, que, além de vosso ministro fiel, é o maior de vossos amigos. Ouvi o conselho de vosso ministro, se não quiserdes ouvir o de vossa amiga. Pedro, o momento é o mais importante de vossa vida. Já dissestes aqui o que ireis fazer em São Paulo. Fazei,

[voltar para o índice](#)

pois. Tereis o apoio do Brasil inteiro e, contra a vontade do povo brasileiro, os soldados portugueses que aqui estão nada podem fazer”.

Foi quando Pedro proclamou que o Brasil deixava, a partir daquele momento, de manter qualquer vínculo com Portugal. E Leopoldina se tornava a primeira imperatriz do Brasil.

“VERDADEIRO PARAÍSO”

Pedro tinha bons motivos para confiar na esposa. Nascida a 22 de janeiro de 1797 no palácio Hofburg, em Viena, ela pertencia a uma família nobre que fazia parte de uma das dinastias mais tradicionais e poderosas da Europa, que estava no poder na Áustria desde o distante ano de 1282 e assim se manteria até o final da Primeira Guerra Mundial, em 1918.

Foi sobrinha neta de Maria Antonieta, a última rainha da França, morta em 1793. Sua irmã mais velha, Maria Luísa, era desde 1810 a segunda esposa de Napoleão Bonaparte. Conhecia pessoalmente o

[voltar para o índice](#)

poeta Johann Wolfgang von Goethe. Habituada a ouvir composições de nomes do porte de Joseph Haydn e de Ludwig van Beethoven, desenhava, pintava e tocava piano. Mas seu maior interesse estava nas ciências naturais, em especial botânica e mineralogia. “Uma semana antes de partir para o Brasil, teve ainda Leopoldina uma agradável surpresa. Num envoltório de papel, cuidadosamente amarrado, enviava-lhe Goethe uma poesia”, relata Roselis von Sass na biografia [Leopoldina: uma Vida pela Independência](#).

“Falava quatro línguas; certamente dentro em breve estaria conhecendo bem o idioma português. Tocava violino e piano”, descreve a biógrafa. “Música e botânica eram as suas ocupações prediletas, principalmente a botânica. Das suas viagens e excursões trazia cestas cheias de plantas exóticas que aproveitava para pintar. As paredes dos seus aposentos no paço viviam cheias de pinturas e de desenhos de história natural. Teria sido com muito maior prazer naturalista do que princesa”.

[voltar para o índice](#)

Além de uma possível consultora culta e bem informada, Leopoldina era uma noiva de grande interesse para um pretendente como Pedro, que era naquele momento herdeiro do trono do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve e poderia se beneficiar do vínculo com a dinastia Habsburgo. O casamento se deu por procuração, em Viena, a 13 de maio de 1817. O arquiduque Carlos, tio de Leopoldina, representou Pedro na cerimônia. O casal só se conheceu pessoalmente em novembro, quando ela chegou ao Rio de Janeiro. Ela tinha 20 anos, ele 19.

Leopoldina gostou do que viu. Escreveu à família: “O Brasil é um verdadeiro paraíso, há uma incontável quantidade de plantas, arbustos e árvores, especialmente espécies de palmeiras que nunca havia visto nem em estufa; estou colecionando pássaros”. Quando ao marido, escreveu: “não é apenas lindo, mas também bom e compreensivo”. Por outro lado, reparou: “O caráter do meu marido é extremamente exaltado. Só posso continuar observando e ficar chorando em silêncio”.

[voltar para o índice](#)

Leopoldina e Pedro passeavam a cavalo pela floresta da Tijuca, e ela o acompanhava em reuniões ministeriais. Mas, com o passar dos anos, as atividades junto ao marido começaram a ficar reduzidas, na medida em que uma sequência de gravidezes se sucedia.

Foram sete herdeiros: Maria da Glória (que, em 1833, aos 15 anos, assumiria o trono de Portugal), Miguel (morto ao nascer), João Carlos (que morreu com 11 meses de vida), Januária Maria Carlota (1822-1901), Paula Mariana (1823-1833), Francisca Carolina Joana (1824-1898) e, por fim, Pedro de Alcântara, o futuro Dom Pedro II, nascido em 1825 e morto em 1891.

MORTE PRECOCE

A partir de 1823, na medida em que Pedro I se mostrava cada vez mais interessado nas aventuras extraconjugais e mais espaço dava a Domitila de Castro, que passou a viver como dama de honra da própria rainha, Leopoldina e Pedro se afastaram, tanto em seu relacionamento quanto na parceria política.

[voltar para o índice](#)

Há suspeitas de que, além de humilhada pela convivência forçada com a amante principal do marido, ela tenha, com alguma frequência sido agredida fisicamente por Pedro, que também cortou a mesada a que ela tinha direito – Leopoldina se mostrava financeiramente pressionada, a ponto de depender de um agiota alemão chamado Jorge Antonio von Schäffer.

A imperatriz morreria a 11 de dezembro de 1826, semanas antes de completar 29 anos, logo após sofrer um aborto espontâneo daquele que seria seu oitavo filho. Estava deprimida e maltratada, constantemente doente e isolada na própria corte.

Dias antes de morrer, escrevera uma carta à irmã: “Há quase quatro anos, minha adorada mana, como a ti tenho escrito, por amor de um monstro sedutor me vejo reduzida ao estado da maior escravidão e totalmente esquecida pelo meu adorado Pedro. Ultimamente, acabou de dar-me a última prova de seu total esquecimento a meu respeito, maltratando-me na presença daquela mesma que

[voltar para o índice](#)

é a causa de todas as minhas desgraças. Muito e muito tinha a dizer-te, mas faltam-me forças para me lembrar de tão horroroso atentado que será sem dúvida a causa da minha morte”.

Além da suspeita, provocada pela carta, de que uma agressão de Pedro tenha desencadeado sua crise final, uma parcela da população culpou Domitila pela morte. A casa da amante em São Cristóvão foi apedrejada e seu cunhado, camareiro da imperatriz, foi atacado com dois tiros.

O corpo de Leopoldina repousa num sarcófago de granito verde, na Capela Imperial, sob o Monumento do Ipiranga, em São Paulo (SP). Em sua biografia, ela deixou um legado expressivo: a participação importante durante a independência e a maternidade de uma rainha portuguesa e um rei brasileiro.

[voltar para o índice](#)



**QUEM FOI
FRANCISCO
GOMES DA
SILVA, “O
CHALAÇA”,
AMIGÃO DE
TODAS AS
HORAS DE D.
PEDRO I**

QUEM FOI FRANCISCO GOMES DA SILVA, “O CHALAÇA”, AMIGÃO DE TODAS AS HORAS DE D. PEDRO I

“As cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de rapazinho e de brasileiro. Pois verão agora quanto vale o rapazinho. De hoje em diante estão quebradas as nossas relações. Nada mais quero com o governo português e proclamo o Brasil, para sempre, separado de Portugal”.

Dom Pedro realizou esta proclamação às 16h30 de 7 de setembro de 1822, às margens do riacho do Ipiranga, nos arredores de São Paulo. Minutos depois, após uma caminhada de aproximadamente 400 metros e encontrar a guarda que estava adiante, ele incrementou o discurso: “Amigos, as cortes portuguesas querem mesmo escravizar-nos e perseguem-nos. De hoje em diante, nossas relações estão quebradas. Nenhum laço nos une mais”. Arrancou o laço azul e branco do chapéu, jogou-o no chão e completou: “Laço fora, soldados! Viva a Independência e a liberdade do Brasil”.

[voltar para o índice](#)

Apenas seis pessoas presenciaram toda a cena. Entre eles estava Francisco Gomes da Silva. Sete anos mais velho que o futuro imperador, amigo de todas as horas, ele também intermediou a aproximação de Dom Pedro com sua amante mais conhecida, Maria Domitila de Castro Canto e Melo, que receberia o título de Marquesa de Santos.

Silva também é signatário da Constituição de 1824, a primeira do país independente, que tem, em sua primeira versão, longos trechos com sua caligrafia cuidadosa. Também participou de um “gabinete secreto”, uma equipe de consultores do imperador, integrada por amigos de longa data, todos portugueses.

A proximidade com o príncipe regente de Portugal e depois primeiro imperador do Brasil foi resultado de um relacionamento pessoal de amizade, construído principalmente à noite. Silva era dono de vários prostíbulos no Rio de Janeiro, que rendiam contatos com mulheres que encantavam Dom Pedro.

[voltar para o índice](#)

A corte guardava poucos segredos, e o amigo ganhou, nas ruas e nos jornais locais, a alcunha de “O Chalaça”, expressão que significa zombeteiro, gozador ou piadista. Personagem marcante da história de Portugal e do Brasil das primeiras décadas do século 19, o Chalaça se tornou influente nos círculos de poder depois de quase perder a vida em 1807.

ASCENSÃO E QUEDA

Nascido em Lisboa, em 22 de setembro de 1791, filho de uma criada de 19 anos chamada Maria da Conceição Alves, que não registrou o nome do pai, Silva era provavelmente filho bastardo de José Rufino de Sousa Lobato, futuro Visconde de Vila Nova da Rainha. Ele manteve o filho por perto até que se casou. Por insistência da esposa, enviou o garoto para o seminário de Santarém e pagou para que um protegido, o joalheiro Antonio Gomes, assumisse a paternidade. Recebeu dinheiro em troca, além do posto de ourives da Casa Real.

O Chalaça aprendeu filosofia, latim, francês, inglês,

[voltar para o índice](#)

italiano e espanhol até que, com 16 anos, fugiu do seminário ao saber que o exército de Napoleão Bonaparte avançava sobre Portugal. Chegou a ser preso por uma tropa francesa e condenado à morte por espionagem.

Mas escapou e conseguiu alcançar o cais de Lisboa a tempo de fugir para o Brasil junto com a corte de Dom João VI – as circunstâncias dessa aventura são pouco conhecidas, mas o fato é que ele conseguiu reencontrar o pai biológico, tanto quanto o adotivo. Os dois prestariam apoio em sua nova vida no Rio de Janeiro.

O Chalaça se tornou figura conhecida na corte de Dom João VI, para que confeccionou uma nova coroa, segundo Paulo Rezzutti aponta no livro *D. Pedro: A história não contada*. Lobato era roupeiro do rei, um posto que proporcionava uma série de privilégios.

Até que, em 1817, o jovem entrou em ostracismo – os relatos variam, mas envolvem uma tentativa (em algumas versões, bem sucedida) de seduzir uma no-

[voltar para o índice](#)

bre da corte, casada. Mas a amizade com o jovem Dom Pedro vinha avançando, e ele, com ajuda de Lobato, acabou por conseguir a reabilitação do amigo – que chegou a defender o jovem regente em uma briga de bar.

RECUPERAÇÃO E NOVA QUEDA

Dom Pedro era mulherengo, mas não bebia. Já Chalaça era conhecido por gostar de música e bebidas – além de mulheres. Também se mantinha constantemente fiel ao príncipe, que respeitava o quanto o amigo era culto e, na medida do possível, discreto. Em 1827, já era coronel comandante da Guarda de Honra do imperador.

Mas, na medida em que Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta, o marquês de Barbacena, se tornava influente no governo, passava a pressionar para que Dom Pedro I dispensasse a presença dos amigos nascidos em Portugal. Ele por fim cedeu e despachou o amigo para a Europa em 1830.

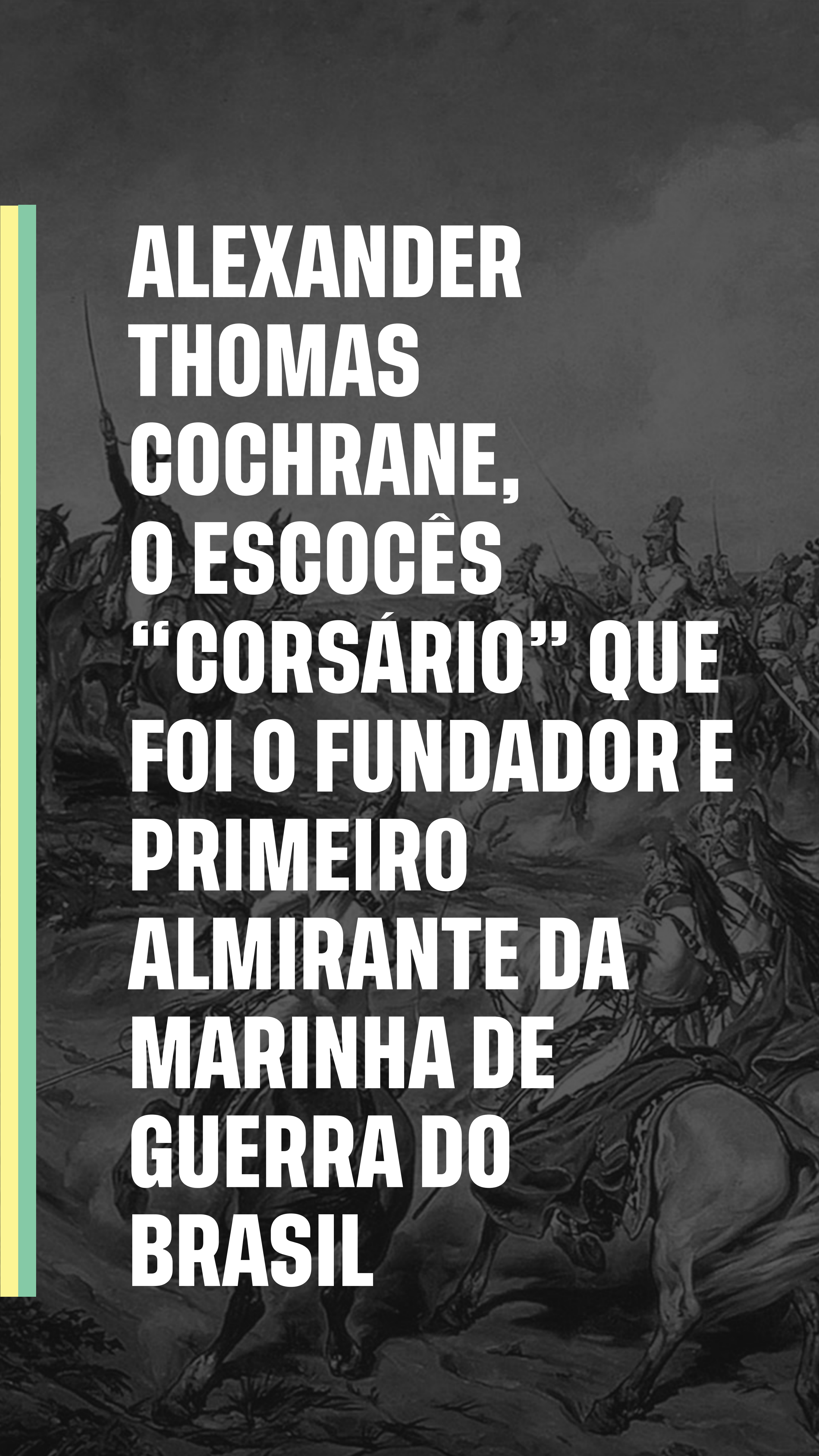
[voltar para o índice](#)

Mas a história estava longe de terminar. O Chalaça conseguiu produzir uma série de denúncias contra Barbacena, relativas ao suposto desvio de dinheiro durante as negociações em busca do primeiro empréstimo internacional da história do país. Apesar de atuar como agente público, o marquês teria cobrado comissão pelas negociações, assim como superfaturado suas despesas pessoais enquanto viajava pela Europa enquanto representava o Brasil.

Em 1831, Dom Pedro voltou a Portugal. Foi quando reencontrou o velho amigo, que acabaria por se tornar funcionário da segunda esposa, e depois viúva, do rei, dona Amélia de Leuchtenberg. Boatos recorrentes na corte, nunca confirmados, sugeriam que os dois haviam se tornado amantes.

O Chalaça morreria em Lisboa, rico, em 30 de dezembro de 1852. Havia conduzido uma vida bem sucedida na diplomacia, marcada por excessos e pela proximidade com figuras decisivas para os primeiros anos da história do Brasil.

[voltar para o índice](#)



**ALEXANDER
THOMAS
COCHRANE,
O ESCOCÊS
“CORSÁRIO” QUE
FOI O FUNDADOR E
PRIMEIRO
ALMIRANTE DA
MARINHA DE
GUERRA DO
BRASIL**

ALEXANDER THOMAS COCHRANE, O ESCOCÊS “CORSÁRIO” QUE FOI O FUNDADOR E PRIMEIRO ALMIRANTE DA MARINHA DE GUERRA DO BRASIL

“Le Loup de Mer”. Foi o apelido que o britânico Alexander Thomas Cochrane recebeu de Napoleão Bonaparte. Jovem, alto, ruivo, elegante, Cochrane atormentava as embarcações francesas no mar Mediterrâneo. Utilizando embarcações pequenas às quais ateava fogo, ele conseguia incendiar navios inimigos, provocando pânico na tripulação e facilitando suas vitórias. À frente do brigue Speedy, derrotou espantosas 53 embarcações inimigas entre os anos de 1800 e 1801. Astucioso, para facilitar a aproximação, usava bandeiras de outras nações.

O “lobo do mar” já era uma lenda na Inglaterra antes de completar 30 anos. Assim permaneceria até a morte, aos 84 anos: recebeu todas as honras militares possíveis e foi enterrado na abadia de Westminster, onde também repousam os restos mortais de Isaac Newton, Charles Darwin e Charles Dickens, por exemplo.

[voltar para o índice](#)

Cochrane também se mostraria decisivo – e famoso – em outros países. Ele participou de forma decisiva das guerras de independência do Chile e do Peru, além de se envolver na independência da Grécia em relação ao Império Otomano. E foi crucial para garantir que o Brasil não se dividisse em nações menores, na Bahia, no Maranhão, em Pernambuco e no Pará, nos primeiros anos após a proclamação da Independência. O legado que ele deixou, especificamente no Norte e no Nordeste, foi fundamental, ainda que controverso.

AUDÁCIA E RIQUEZAS

Cochrane começou a atuar como almirante freelancer depois de 1814. Até então, era parlamentar, eleito pelo distrito de Westminster, em Londres. Mas se envolveu em um escândalo na bolsa de valores da capital britânica – ele participou de uma armação, que envolveu uma falsa notícia de que Bonaparte havia morrido e beneficiou os investidores que sabiam do golpe. Acabou preso.

[voltar para o índice](#)

Era tão popular com a população que foi reeleito para o Parlamento mesmo atrás das grades. Mas viu sua carreira na Marinha Britânica acabar. Ele ainda tinha apenas 39 anos e identificou, nos movimentos de independência, uma oportunidade para aplicar sua enorme habilidade naval – e fazer dinheiro no processo.

O caos que as ações de Napoleão provocaram na Europa fragilizou o controle sobre as colônias sul-americanas, que começaram a lutar pela independência. Foi rápido: se no início do século 19 não havia nenhuma nação independente na América do Sul, em 1826 já não existia nenhuma colônia. Começou pela costa do Chile e do Peru, onde se mostrou decisivo para derrotar os espanhóis. Ainda no Chile, em 1820, o lobo do mar se apropriou de uma embarcação onde o general José de San Martín protegia o tesouro público do Peru. Pagou a tripulação e embolsou o restante, alegando que tinha investido dinheiro do próprio bolso e não havia recebido os valores combinados.

[voltar para o índice](#)

Em 1822, o Brasil precisava organizar uma Marinha. Sem proteger os mais de 8 mil quilômetros de costa, incluindo a província da Cisplatina (que posteriormente se tornaria o Uruguai), não seria possível preservar a independência e a integridade de todo o território. Como relata o jornalista Laurentino Gomes em seu livro [1822](#), Felisberto Caldeira Brant Pontes, representante brasileiro em Londres, sugeriu o nome de Cochrane a José Bonifácio de Andrada e Silva.

“No dia 13 de setembro, uma semana após o Grito do Ipiranga, a mensagem secreta de José Bonifácio chegou às mãos do agente brasileiro em Buenos Aires, Antônio Manuel Corrêa da Câmara, com instruções para ir ao Chile entregar a Cochrane o convite para juntar-se às forças brasileiras contra os portugueses”, relata Gomes. Neste meio tempo, o governo do novo país decretou que as cargas tomadas durante a guerra de independência pertenceriam a quem as capturasse.

“Era tudo o que Cochrane precisava para se decidir.

[voltar para o índice](#)

O almirante chegou ao Rio de Janeiro em 13 de março de 1823. Trazia a bordo uma nova amiga, a viajante inglesa Maria Graham, de 37 anos, que ficara viúva alguns meses antes quando o marido, capitão da Marinha britânica, morreria ao cruzar o temível cabo Horn, na extremidade sul do continente. No Brasil, Graham iria tornar-se amiga e confidente da imperatriz Leopoldina e seria contratada como preceptora da princesa Maria da Glória”.

VIOLÊNCIA E SAQUES

Declarado Primeiro Almirante da Marinha, um posto criado para ele, Cochrane iniciou seus trabalhos partindo do Rio de Janeiro em direção à Bahia, onde a independência foi conquistada com sangue. O almirante contava com navios em estado precário e marinheiros estrangeiros, principalmente ingleses e norte-americanos, além de escravos recém-libertados sob a condição de pegar em armas.

A primeira ação começou mal: os portugueses que viviam em Salvador não apenas se recusaram a lu-

[voltar para o índice](#)

tar, como também dificultaram o acesso à munição. E os aliados a Portugal contavam com uma esquadra mais numerosa e bem armada. O britânico então recuou, solicitou a encomenda de novos equipamentos e navios, contratou mais mercenários e, em vez de lutar frontalmente, bloqueou os navios portugueses no porto de Salvador. Assim, venceu pelo cansaço e forçou a retirada da esquadra lusitana, que deixou a cidade em 2 de julho de 1823.

A ação reforçou a fama de Cochrane, que, depois de perseguir e saquear os navios portugueses em fuga, seguiu para o Maranhão, onde o interior do estado já era controlado por forças a favor da independência. Faltava render a capital, São Luís. “Ao se aproximar de São Luís, hasteou a bandeira britânica, em vez das cores brasileiras”, descreve Laurentino Gomes. Com isso, pegou os portugueses, já encurralados, de surpresa.

Rapidamente, o almirante mandou um único navio para Belém, no Pará. O capitão inglês John Pascoe Grenfell entrou no porto anunciando que, atrás de-

[voltar para o índice](#)

le, vinha a frota imperial brasileira em peso. Era mentira. Os portugueses acreditaram, fugiram e a cidade entrou no mais absoluto caos. Enquanto abandonava os paraenses à própria sorte, Cochrane se dedicava a saquear São Luís. Tomou o equivalente, em valores atuais, a mais de 600 milhões de reais.

“Apesar do comportamento brutal e mesquinho em São Luís, Cochrane foi recebido no Rio de Janeiro como herói nacional e agraciado por dom Pedro I com a recém-criada Ordem do Cruzeiro do Sul e o título de marquês do Maranhão – decisão que aos maranhenses soa até hoje como uma ofensa”, lê-se em 1822.

Depois de atuar na contenção de Confederação do Equador, em Pernambuco, em 1824, o britânico retornou a São Luís, onde exigiu mais dinheiro, tomou a fragata Piranga para si e retornou para a Inglaterra. Assim, encerrou sua participação na Independência do Brasil.

[voltar para o índice](#)

Em termos militares, suas ações se mostraram ousadas e inovadoras, como aponta George Ermakoff no livro [*Lord Thomas Cochrane – um guerreiro escocês a serviço da Independência do Brasil*](#). Além disso, argumenta ele, a posse dos espólios de guerra não apenas estava prevista em lei, como era uma tradição na época, a ponto de o governo brasileiro ser condenado, em 1860, a pagar aos herdeiros o restante do saldo acumulado.

HERÓI MALVISTO

O almirante nascido na Escócia, filho da pequena nobreza e que contou com o apoio de um tio para iniciar a carreira na gloriosa Marinha britânica, permanece mal visto na região Nordeste. O ex-presidente José Sarney, nascido em Pinheiro, a 340 quilômetros de São Luís, já [declarou](#), em 2009, que o britânico se apropriou da luta do povo local para proclamar a adesão do Maranhão e do Piauí à independência do país.

“O povo dos nossos estados já tinha proclamado essa independência pelo seu sangue, pelo seu heroís-

[voltar para o índice](#)

mo e pela grandeza do seu patriotismo, quando lutaram nos sertões sem armas, sem instrumento algum, apenas com o corpo, com a alma e com o coração que batia num sentimento de liberdade em favor do Brasil”, ele disse à época.

Em seu livro, Laurentino Gomes relata um episódio datado da década de 1980: “Em uma visita oficial à abadia de Westminster, em Londres, na condição de presidente da República do Brasil, o maranhense José Sarney aproximou-se de uma tumba de 1860 situada no chão da parte central da nave e, sem que os acompanhantes percebessem, pisou com firmeza sobre a lápide. Em seguida, olhando para o nome gravado no mármore, sussurrou: ‘Corsário!’”.

Meses depois, o jornalista teve a oportunidade de confirmar a história com o próprio Sarney, que disse: “Pisei e pisaria de novo!”. Laurentino Gomes lembra que o Museu Naval, no centro do Rio de Janeiro, dedica apenas um quadro pequeno a Cochrane. E cita: “Nunca, em quase duzentos anos, um navio de guerra brasileiro importante foi batizado com seu nome”.

[voltar para o índice](#)



**A HISTÓRIA
DA MODERNA
E LIBERAL
CONSTITUIÇÃO
DE 1824**

A HISTÓRIA DA MODERNA E LIBERAL CONSTITUIÇÃO DE 1824

“Dom Pedro Primeiro, por graça de Deus, e unânime aclamação dos povos, imperador constitucional, e defensor perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos, que tendo-nos requeridos o povos deste império, juntos em Câmaras, que nós quanto antes jurássemos e fizéssemos jurar o projeto de Constituição”.

Assim tem início o texto da primeira [Constituição do Brasil](#). Promulgada em 25 de março de 1824, 18 meses após a proclamação da independência do país e um ano após a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823, a carta definia que o país teria um governo monárquico, hereditário, constitucional e representativo.

[voltar para o índice](#)

ELEIÇÕES INDIRETAS

Estabelecia também quem eram os cidadãos do país recém-criado: os nascidos no Brasil, os filhos de pai brasileiro ou de mãe brasileira, mesmo nascidos em país estrangeiro, desde que estabeleçam domicílio no país. Inclui também estrangeiros naturalizados e todos os nascidos em Portugal e suas possessões, desde que já vivessem no país quando da independência.

Organizava a nação em quatro poderes: Legislativo, Moderador, Executivo e Judicial. Estabelecia que os membros da Câmara dos Deputados seriam eleitos para mandatos pré-definidos, enquanto o Senado teria membros vitalícios, que receberiam subsídios financeiros equivalente a 150% dos recebidos pelos deputados. O número de deputados seria sempre o dobro do de senadores.

As eleições eram indiretas: os cidadãos considerados ativos (ou seja, homens, livres, maiores de 25 anos e com renda anual de mais de 100 mil réis) es-

[voltar para o índice](#)

colhiam os representantes que, por vez, elegiam os deputados e senadores – estes precisavam ser católicos e ter renda acima de 400 mil réis, além de cumprir os demais pré-requisitos. Na época, o Brasil tinha 4,5 milhões de habitantes, sendo 800 mil índios, 1 milhão de brancos, 1,2 milhão de negros escravos e 1,5 milhão de mulatos, pardos, caboclos e mestiços libertos.

A carta também estabelecia que todo brasileiro poderia ser convocado a pegar em armas para defender sua nação, e que nenhum grupo de militares poderia se reunir sem autorização prévia. Quanto aos juízes, eram nomeados pelo imperador e seus cargos permaneciam vitalícios. A lei previa também a criação do Supremo Tribunal de Justiça.

Depois da tensão de novembro de 1823, quando a Assembleia Constituinte foi cercada pelas tropas imperiais e muitos dos integrantes foram detidos, o imperador criou um conselho de estado que escreveu a carta magna – ainda assim, ela incorporou muitos dos artigos propostos anteriormente.

[voltar para o índice](#)

Mas havia uma novidade: a fim de garantir o poder do imperador, ainda que blindado por regras e limites, foi concedido a ele o exercício do Poder Moderador. Ele era autorizado a convocar a Assembleia Geral (que reúne deputados e senadores), “quando assim o pede o bem do império”. Também podia dissolver a Câmara dos Deputados, suspender juízes, aprovar ou suspender as decisões dos conselhos das províncias (como eram chamados os estados) e nomear e demitir livremente os ministros de estado.

PROPOSTAS INOVADORAS

Além de estabelecer as bases sobre as quais o novo país funcionaria, a Constituição Brasileira de 1824 foi uma das mais inovadoras de sua época. Em seu artigo 179, por exemplo, ela estabelecia que os direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros eram invioláveis e tinham por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade.

[voltar para o índice](#)

“Nenhum cidadão pode ser obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da lei”, estabelecia o texto. “Todos podem comunicar os seus pensamentos, por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura”. E mais: “Ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do Estado, e não ofenda a moral pública”.

Sobre a residência: “Todo cidadão tem em sua casa um asilo inviolável. De noite não se poderá entrar nela, senão por seu consentimento, ou para o defender de incêndio, ou inundação; e de dia só será franqueada a sua entrada nos casos, e pela maneira, que a lei determinar”. Além disso, nenhum cidadão poderia ser preso sem “culpa formada”, a não ser em flagrante delito.

Quase duzentos anos atrás, estas propostas não eram comuns, mesmo nos países mais desenvolvidos. Elas se basearam na legislação do Reino Unido. “A Carta Imperial de 1824 foi inspirada no constitucionalismo inglês, segundo o qual é constitucio-

[voltar para o índice](#)

nal apenas aquilo que diz respeito aos poderes do Estado e aos direitos e garantias individuais”, escreveu o professor e cientista político Octaciano Nogueira, em artigo sobre o tema, parte do volume I do livro [Constituições Brasileiras](#), produzido pelo Senado Federal.

A nova legislação também representou um avanço na gestão da vida municipal. Estabelecia: “Em todas as cidades e vilas ora existentes, e nas mais que para o futuro se criarem, haverá Câmaras, às quais compete o governo econômico e municipal”. O vereador com mais votos seria o presidente da casa.

LONGEVIDADE RARA

Ele também lembra que Constituições eficazes tendem a ser longevas. “Afim, o que se espera de qualquer documento constitucional é que ele possa regular de maneira estável, e sem necessidade de frequentes mudanças, a vida institucional do país, inclusive nos momentos de crise”.

[voltar para o índice](#)

Nogueira lembra que, das oito constituições que o Brasil já teve, esta foi, de longe, a mais longeva: “Ao ser revogada pelo governo republicano, em 1889, depois de 65 anos, era a segunda Constituição escrita mais antiga do mundo, superada apenas pela dos Estados Unidos”. Mais do que isso, recebeu uma única emenda – a Carta vigente, de 1988, já recebeu 111.

“A Constituição de 1824 não serviu apenas para os momentos de estabilidade política”, defende o professor. “Serviu, também, com a mesma eficiência, para as fases de crise que se multiplicaram numa sucessão interminável de revoltas, rebeliões e insurreições, entre 1824 e 1848”.

A carta se manteve válida, inclusive, para o novo país suportar a crise provocada pela ausência do próprio Dom Pedro I enquanto seu filho, dom Pedro II, não tinha idade para assumir – iniciado apenas nove anos depois da independência, o chamado Período Regencial se estendeu de 1831 a 1840. A Constituição foi mantida intocada durante a Guer-

[voltar para o índice](#)

ra do Paraguai, o fim do tráfico de escravos e o início da industrialização do país.

O segredo de tamanha estabilidade, afirma Nogueira, está no artigo 178, que determina: “É só constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos poderes políticos, e aos direitos políticos e individuais dos cidadãos; tudo o que não é constitucional pode ser alterado, sem as formalidades referidas, pelas legislaturas ordinárias”. Ou seja: havia, na Constituição de 1824, a consciência de que outros aspectos da vida em sociedade não precisariam, necessariamente, pertencer à Carta Magna.

“Era tão plástica a Constituição monárquica que a própria República poderia ter sido implantada no País com uma simples emenda constitucional”, escreve o cientista político. “Todos os dispositivos eram reformáveis, inclusive o que consagrava a monarquia como forma de governo”.

[voltar para o índice](#)

